

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência



Luciana Pavowski Franco Silvestre
(ORGANIZADORA)

Desafios das
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**
no desenvolvimento da ciência



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D441 Desafios das ciências sociais aplicadas no desenvolvimento da ciência / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0010-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.103222303>

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o Ebook “Desafios das Ciências Sociais Aplicadas no Desenvolvimento da Ciência”. Com um total de trinta e dois artigos organizados em dois volumes que congregam pesquisas relacionadas a cinco temáticas principais.

No volume 1: Políticas Públicas; Política de educação e práticas relacionadas a atuação do serviço social. No volume 2: O mundo do trabalho e geração de renda e Comunicação, tecnologia e inovação.

As pesquisas mostram-se contemporâneas e relevantes diante dos desafios identificados para a vida em sociedade, pautando temáticas como a pandemia, as relações trabalhistas, estratégias de inovação para fortalecimento da cidadania, enfrentamento as situações de pobreza, violência, aspectos territoriais, consumo, comunicação, reformas trabalhistas e previdenciárias.

Para além da importância das temáticas abordadas, o Ebook pautava o desafio da ciência na abordagem de dimensões bastante complexas que exigem rigor teórico e metodológico para a realização de análises do tempo presente, mas além disto, um tempo permeado por turbulências e inquietações que tornam a pesquisa nas Ciências Sociais ainda mais necessária.

As dimensões das pesquisas que compõem os dois volumes do Ebook apresentam correlação entre si, possibilitando um olhar mais integral e contextualizado dos elementos que implicam nos diferentes fenômenos estudados.

Ressaltar este aspecto mostra-se necessário diante dos objetivos do desenvolvimento de pesquisas nas Ciências Sociais, dentre as quais identifica-se o reconhecimento das diferentes características das relações sociais instituídas, desafios e problemas expressos e possibilidades de identificação de estratégias que venham a atender as necessidades existentes. Estes elementos, não de forma linear, mostram-se presentes no desafio e na necessidade de se fazer ciência através das Ciências Sociais.

Desejo uma ótima leitura a todas e a todos, e que estes artigos possam inspirar e contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas e para o desvelamento das diferentes nuances da vida em sociedade.

Luciana Pavowski Franco Silvestre


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

LEGISLAÇÃO SOBRE TERRORISMO E FORMAS DE CONCURSO DE AGENTES NO BRASIL

Felipe Justo José Dessoy Caraballo

Dhyelson Almeida

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223031>


CAPÍTULO 2..... 18

NECESSIDADE DE REVISÃO DAS DIRETRIZES PARA O EMPREGO DO POLICIAMENTO MONTADO NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE ALAGOAS

Diogo Buarque Pereira

Joao Carlos Salvador de Lima Santos


Livia Carolina de Souza Dantas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223032>

CAPÍTULO 3..... 33

PCH: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL COMO POLÍTICA URBANA E REGIONAL

Paulo Ormino de Azevedo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223033>

CAPÍTULO 4..... 52

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: LIMITES E FRAGILIDADES DO POTENCIAL GERMINATIVO DA CIDADANIA FEMININA

Mara Rosange Acosta de Medeiros

Roberta Rodrigues Trierweiler


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223034>

CAPÍTULO 5..... 63

LUTAS SOCIAIS E GRANDES PROJETOS URBANOS EM BELÉM: AS “FRENTES DOS PREJUDICADOS”

Sandra Helena Ribeiro Cruz

Gizele Cristina Carvalho dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223035>

CAPÍTULO 6..... 76







ANÁLISIS FODA MUNICIPAL COMO HERRAMIENTA Y ESTRATEGIA CONTRA LA POBREZA: ESTUDIO DE CASO SAN ANDRÉS HUAYÁPAM, OAXACA, MÉXICO

Ana Luz Ramos-Soto

Jovany Sepúlveda-Aguirre

Soledad Nuñez Ramírez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223036>

CAPÍTULO 7.....	86
A SISTEMATIZAÇÃO DA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL ABRANGENDO A VIOLÊNCIA AUTO INFLIGIDA NO CONTEXTO DA ADOLESCÊNCIA	
Marialda Esmanhotto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223037	
CAPÍTULO 8.....	93
NOTAS PARA SUPERVISÃO ACADÊMICA EM SERVIÇO SOCIAL	
Mariana Hasen	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223038	
CAPÍTULO 9.....	103
O DIREITO A EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	
Débora Santos Melo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.1032223039	
CAPÍTULO 10.....	113
EMPREGABILIDADE E ENSINO SUPERIOR: O ESTUDO DE CASO DO MESTRADO EM GESTÃO E DIREÇÃO HOTELEIRA - ESTM	
Ana Sofia Viana	
Sónia Pais	
Ana Elisa Sousa	
Michael Schon	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230310	
CAPÍTULO 11.....	131
DESEMPENHO ESCOLAR E GASTO PÚBLICO MUNICIPAL EM EDUCAÇÃO: AS EVIDÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS DA PARAÍBA	
Italo Fittipaldi	
Débora Evelyn Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230311	
CAPÍTULO 12.....	153
GARANTISMO E LEGALISMO: UM ESTUDO SOBRE MODELOS DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	
Ana Flávia Silva Marques de Menezes	
Ana Cristina do Nascimento Peres Albernaz	
Ana Maria Soares Freitas Pereira Leal	
Ana Célia de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230312	
CAPÍTULO 13.....	165
AS GEOTECNOLOGIAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA: DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESPACIAL SOBRE O MUNICÍPIO DE MARABÁ, PARÁ	
Marley Trajano Lima	

João Donizete Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.10322230313>

SOBRE A ORGANIZADORA.....	179
ÍNDICE REMISSIVO.....	180

CAPÍTULO 3

PCH: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL COMO POLÍTICA URBANA E REGIONAL

Data de aceite: 01/03/2022

Paulo Ormino de Azevedo

Conferência pronunciada no Seminário “O PCH/ Programa das Cidades históricas: um balanço após 40 anos”. São Paulo, USP/IPHAN, 16-17 de novembro de 2015. Publicado originalmente nos Anais do Museu Paulista, vol.24, no. 1, jan/abr. 2016, Scielo.

RESUMO: Este texto analisa as raízes do Programa das Cidades Históricas, sua criação em 1973 e a desativação no início da década de 1980. Suas raízes estariam na inserção do IPHAN na rede de cooperação internacional, no ideário de seu principal articulador, Arq. Renato Soeiro, e nos objetivos do governo militar de desenvolvimento da região Nordeste. Para sua criação teria contribuído a presença de nordestinos e nortistas em ministérios e altos postos do governo militar. Após 36 anos, o protagonismo das ações sobre o patrimônio seria transferido do Rio de Janeiro para o Recife fortalecendo grupos locais e dando início a uma disputa pelo controle do IPHAN. Sem mais o apoio da Secretaria de Planejamento e da Coordenação Geral da Presidência da República, o PCH começou a ser desativado em 1979 no governo do Gal. João Figueiredo com uma nova política cultural destinada a criar uma base popular para a “abertura política gradual e controlada”. Paralelamente a esta mudança ideológica, se acirra a disputa entre os grupos do Recife e do Rio de Janeiro e progressiva

desativação do PCH.

PALAVRAS-CHAVE: IPHAN, PCH, R. Soeiro, M. de Andrade, G. Freyre, A. Magalhães.

ABSTRACT: This paper analyzes the roots of the Historical Cities Program (PCH), its creation in 1973, and deactivation in early 1980s. The program was rooted in the insertion of IPHAN in the international cooperation network, the ideas of its articulator, Arch. Renato Soeiro, and military government objectives, which included the Northeast development through cultural tourism. The presence of northeastern and northerners people in ministries and higher ranks of the military government has contributed to its creation. After 36 years, Recife replaced the leadership of Rio de Janeiro on heritage policy, strengthening local groups and setting off a struggle for control within IPHAN. Without support from the Secretariat of Planning and General Coordination of the Presidency of the Republic, the PCH started to be dismantled by the government of General João Figueiredo in 1979, after a new cultural policy to create a popular base for the “gradual and controlled opening policy.” Alongside this ideological shift, the regionalist dispute between groups of Recife and Rio de Janeiro was intensified and the PCH progressively dismantled.

KEYWORDS: IPHAN, PCH, R. Soeiro, M. de Andrade, G. Freyre, A. Magalhães.

INTRODUÇÃO

O ano de 1967 marca o início do período mais duro da ditadura militar no Brasil, mas

também de estabilidade econômica do país com a criação do cruzeiro-novo e da política desenvolvimentista do país, que resultou no chamado “milagre econômico brasileiro”. Marca também uma mudança profunda na política cultural do país com uma nova direção no IPHAN. É neste cenário que se cria o maior programa de preservação do patrimônio cultural integrado ao desenvolvimento urbano e regional, através do turismo cultural. É o Programa das Cidades Históricas do Nordeste, depois estendido a todo o país, com a sigla de PCH, que deslocaria o foco da preservação monumental para conjuntos urbanos e paisagísticos. Este programa é analisado neste artigo através de três subcapítulos: as Raízes do PGH, a Fundação do PCH e o Desmonte do PCH.

As raízes do programa estão no estreitamento das relações do IPHAN com os organismos culturais internacionais e nos Encontros de Governadores de Brasília e Salvador. A criação do PCH resultou do convenio da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República com o IPHAN para o desenvolvimento do Nordeste, então conflagrado por movimentos sociais no campo, uma das maiores preocupações dos militares. Seu desmonte iniciado em 1979 ocorre com a volta galopante da inflação e a intenção dos militares de fazerem uma abertura política gradual e controlada. Como consequência deste quadro, realiza-se a primeira intervenção política no IPHAN em 43 anos de existência, com o abandono da política de desenvolvimento de cidades históricas do Nordeste pelo turismo, objeto muito sensível ao mercado imobiliário, para bens imateriais populares como forma de cooptação de setores marginalizados da sociedade. A nossa tese é que a disputa deflagrada em 1979 pelo controle do IPHAN não foi apenas de caráter conceitual, senão político e regionalista. É a disputa do grupo do Recife fortalecido pelo protagonismo na gestão do PCH com o grupo carioca e mineiro que controlava o órgão desde sua fundação.

RAÍZES DO PCH

A criação do PCH pode ser creditada a três fatores: inserção do IPHAN¹ na rede de cooperação patrimonial mundial, o ideário de seu principal protagonista, Renato Soeiro, e os objetivos do regime militar. Até o final da década de 1950, não só no Brasil como em todo o mundo, o patrimônio cultural era visto como um dos elementos constitutivos da identidade nacional, conjuntamente com a língua, a literatura, e as artes do país. O patrimônio era a expressão da cultura e do poder dominante, defendido pelos setores hegemônicos da sociedade como forma de manter a unidade nacional, ainda quando estes bens tenham sido criados, no passado, por impérios maiores que as atuais nações, como o grego, o romano e o otomano.

Como tal, a preservação do patrimônio era tratada com critérios não universais. Isto

¹ Para evitar a confusão dos leitores, estamos denominando genericamente de IPHAN às várias siglas e status que teve o órgão desde a sua criação: SPHAN em 1937, DPHAN em 1946, IPHAN em 1970, SPHAN/FNPM em 1979, IBPC em 1990 e novamente IPHAN, a partir de 1994.

deu origem a teorias de preservação díspares, no final do século XIX na Europa, como a de Viollet le Duc, na França, de reconstituição da unidade estilística; John Ruskin, na Inglaterra, de simples consolidação estrutural dos monumentos e ruínas; e Camillo Boito, na Itália, de respeito de todas as intervenções históricas sofridas pelo monumento e diferenciação das próteses necessárias à sua consolidação da “fábrica” original². Só no caso do patrimônio arqueológico e de conflitos militares que pusessem em risco o patrimônio comum poderiam os organismos internacionais sugerirem cautelas e critérios universais de preservação dos monumentos. Com este propósito o I Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, patrocinado pelo Conselho Internacional de Museus, se reuniu em Atenas em 1931 para discutir a preservação de ruínas arqueológicas, fazendo as primeiras recomendações e apelo à cooperação internacional na chamada *Carta de Atenas de 1931*³.

Seria por esta brecha que a UNESCO iria, na década de 1950, recomendar cautelas aos países beligerantes na proteção de monumentos com a *Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado* de 1954 e, dois anos depois, critérios de preservação de ruínas arqueológicas com a *Recomendação que define os princípios internacionais que deveriam aplicar-se às escavações arqueológicas*⁴.

Mas na década de 1960 a questão do patrimônio ganha uma dimensão internacional com a consciência de que seu valor transcendia as fronteiras nacionais. Em 1962, a UNESCO lança a *Recomendação relativa à beleza e ao caráter dos lugares e paisagens*⁵, objeto pouco valorizado pela ideologia de patrimônio como fundamento da nacionalidade. Dois anos depois, em 1964, o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, patrocinado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS, órgão assessor da UNESCO, reunido em Veneza, lançaria a *Carta Internacional sobre a conservação e a restauração de monumentos*, mais conhecida como *Carta de Veneza*⁶. Inspirada na *Carta de Restauo* italiana, este documento teve uma repercussão internacional enorme.

Embora a *Carta de Veneza* fale na necessidade de se manter o entorno dos monumentos, recomendação já feita anteriormente na *Carta de Atena de 1931*, os “sítios monumentais” são tratados em apenas quatro linhas. Esta temática já vinha sendo estudada na Itália, desde a década de 1910, especialmente por Gustavo Giovannoni, nas relações entre “cidade nova” e “cidade velha” e das duas com a paisagem⁷. Os redatores da *Carta de Veneza* preferiram não entrar nesse campo, ainda objeto de muita discussão. Até o início da década de 1960, a preservação das cidades históricas e dos chamados centros históricos não havia sido associada à atividade econômica. Mas em 1966, a 72^a

2 Ver Carlo Cheschi (1970).

3 Sobre convenções e recomendações aqui citadas ver CARTAS PATRIMONIAIS. www.portal.iphan.gov.br/p%C3%A1ginas/detalhes/226.

4 Ibidem.

5 Idem.

6 Idem.

7 Ver Renata Capello Cabral (2013, p.21-37).

Reunião do Conselho Executivo da UNESCO, realizada em Budapeste, incluiu em sua ordem do dia a preservação dos monumentos e outros bens culturais em sua relação com o desenvolvimento do turismo.

O passo definitivo foi dado em 1967, quando a Organização dos Estados Americanos, OEA, realizou em Quito a Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico cujo documento final ficou conhecido como *Normas de Quito*⁸. De sua preparação e aprovação participou Renato Soeiro, como representante do Brasil. Nela se pregava abertamente a utilização do patrimônio cultural para alavancar o desenvolvimento dos países membros através do turismo. A palavra chave era “*puesta en valor*”, ou promoção dos monumentos e sítios históricos para o turismo. Esta política se inspirava na recuperação econômica de países como a Itália, França e Espanha, depois da II Guerra Mundial. Naquele momento era cunhada a expressão “turismo cultural”, para se diferenciar do turismo dos três S: *sun, sea and sex*.

Esta era a política cultural recomendada aos países membros, não só da OEA, como da UNESCO, no final da década de 1960. Sintomaticamente o relatório da segunda missão da UNESCO no Brasil se chamava *Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico*⁹. Esse relatório, de 1968, foi recebido com grande entusiasmo pelos tecnocratas do governo militar, ávidos em tirar o país da crise econômica em que se debatia. Paralelamente se firmava internacionalmente o conceito de sítio monumental, isto é, o monumento com seu entorno, que muitas vezes compreendia todo um bairro, em oposição ao monumento isolado.

Embora o IPHAN já viesse fazendo tombamentos de cidades, desde a sua fundação em 1937, não tinha até aquela época nenhuma política consistente para essas cidades, resumindo suas intervenções à restauração dos mais importantes monumentos e a uniformização estilística de seu casario, como bem demonstrou Lia Motta¹⁰. O pedido da missão à UNESCO havia sido formulado no final da administração de Rodrigo M, F. de Andrade e promovida pelo embaixador brasileiro junto àquele órgão, Carlos Chagas, conforme sugere o arquiteto Michel Parent, autor do relatório. A missão foi realizada entre 1966 e 1967, mas seu relatório só foi entregue em 1968. Essa foi a segunda missão da UNESCO ao país, a pedido do governo brasileiro, visando a preservação do patrimônio cultural.

É nesse momento, em 1967, com a aposentadoria de Rodrigo Mello Franco de Andrade, que Renato Soeiro assume o IPHAN, então com praticamente a mesma estrutura e quadro de funcionários que possuía quando fundado, há 30 anos, e muitos deles agora se aposentando. Viviam-se o período mais conturbado do regime militar, com o afastamento do Gal. Artur Costa e Silva e posse do Gal. Emílio G. Médici. Mas os militares, nacionalista,

8 Ver CARTAS PATRIMONIAIS. www.portal.iphan.gov.br/p%C3%A1ginas/detalhes/226.

9 Ver AS MISSÕES DA UNESCO (2008).

10 Ver Lia Motta (1987).

viam com bons olhos o patrimônio, como um fator de união do país, como via Getúlio Vargas em 1937, mas agora procurando cooptar outros segmentos sociais, como forma de se legitimarem no poder.

Os objetivos econômicos dos militares naquele começo de ditadura eram o controle da inflação e o desenvolvimento econômico, formulados no Plano de Ação Econômica do Governo, PAEG, do presidente Castelo Branco. No que toca ao desenvolvimento, uma das questões mais urgentes era diminuir os desníveis regionais, que provocavam grandes migrações internas e tensões sociais. A maior delas ocorria no Nordeste, em Pernambuco, com as Ligas Camponesas, lideradas pelo deputado federal Francisco Julião, cassado pelos militares. Desde 1955, esse movimento ocupava fazendas, criando muita insegurança no campo.

Soeiro procurou tirar o melhor proveito dessa situação, como fizera Gustavo Capanema, 35 anos antes. Uma das críticas mais comuns à administração de Rodrigo M.F. de Andrade era a concentração de recursos e obras em Minas Gerais e no Rio de Janeiro e o abandono do Nordeste e do Norte, regiões ricas de patrimônio cultural e natural, mas pouco desenvolvidas. Essa era uma das preocupações de Soeiro já explicitadas em seu discurso de posse.

Arquiteto com grande prática profissional, Soeiro tinha uma visão muito clara do que ocorria nas nossas cidades, no auge da explosão demográfica e processo de urbanização, que desestruturava as áreas centrais de nossas cidades e atropelava seus monumentos. Sua preocupação não era apenas com os monumentos, senão com seu entorno:

[...] a moldura onde se insere, a ambiência que lhe é própria ameaçadas que estavam pelas grandes obras públicas e privadas que no país se realizam: portos modernos se instalam, novas estradas se abrem destruindo vestígios pré-históricos e históricos, complexos industriais se levantam alterando ou repercutindo desfavoravelmente no monumento e no seu entorno, concorrendo para sua descaracterização e mesmo destruição. O aumento das populações nos próprios conjuntos tombados provoca a introdução de novas construções ou alterações nas existentes em proporções prejudiciais aos núcleos originais protegidos¹¹

Ele conhecia, por outro lado, o que se discutia no plano internacional sobre o patrimônio cultural. Em 1952, ele havia representado o Brasil na reunião preparatória da *Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado*, firmada pela UNESCO em 1954. O mesmo ocorreu em 1965 na reunião preparatória da OEA, em St. Augustine, Flórida, e em 1967 na aprovação final das *Normas de Quito*. No ano de sua posse, ele foi convocado pelo *International Council of Monuments and Sites*, ICOMOS, para a reunião de organização de seu centro de documentação em Bruxelas.

A afirmação que a gestão de Renato Soeiro foi uma mera continuação, sem brilho, de seu antecessor não tem nenhum fundamento. Esta imagem foi criada pela administração

11 Renato Soeiro, apud Daniela Sophia (2015, p. 323).

que o sucedeu no livro *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil, uma trajetória*¹² e repetida por autores como José R.S. Gonçalves¹³ e Maria C. L. Fonseca¹⁴, ambos editados pelo novo IPHAN. Já tive oportunidade de demonstrar a parcialidade dessa afirmação em *Renato Soeiro e a Institucionalização do setor cultural no Brasil*, apresentado no seminário Arquivemória 3, realizado em Salvador em 2008¹⁵. Ponto de vista partilhado, também, por Márcia Sant’Anna e Roberto Sabino, como veremos adiante.

As principais preocupações de Soeiro eram a preservação do patrimônio cultural e natural, a compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação desse patrimônio, a cooperação internacional, o fomento do potencial turístico dos monumentos e a integração dos estados e municípios às ações de preservação da União¹⁶. Para orientar sua administração, Soeiro elaborou, em 1968, com a experiência de 30 anos no órgão, um documento que orientaria toda a sua administração, onde ficava evidente esses objetivos¹⁷. Analisamos esse documento no artigo referido. Esta plataforma era muito diversa daquela da administração de Rodrigo M.F. de Andrade, de afirmação da identidade nacional.

Logo após a sua posse, ele vai a Paris solicitar à UNESCO uma nova missão de Michel Parent para elaborar um plano para o centro histórico de Salvador. Porém, diante da impossibilidade de sua vinda, ele acerta uma missão do especialista em legislação de conjuntos históricos, o francês Jean-Bernard Perrin. Em seus 12 anos de gestão os sítios paisagísticos passam de 8 para 15, as cidades históricas de 9 para 14 e os conjuntos urbanísticos de 24 para 29. Mas a preocupação não era apenas tomar e congelar esses sítios, como vinha se fazendo, senão integrá-los ao desenvolvimento urbano/territorial.

Sem recursos nos dois primeiros anos, devido à crise política nacional, ele apela para a cooperação internacional em busca de *know how* de como tratar essas cidades e conjuntos urbanos. Junto à UNESCO conseguiu trazer os arquitetos Viana de Lima para um plano de preservação de Ouro Preto e avaliação do mérito do tombamento de S. Luiz e Alcântara no Maranhão, em 1968. Traz os ingleses Shankland e Walton para um plano turístico para o Pelourinho e o urbanista Limburg-Stirum para um plano integral de Paraty. Solicita ainda a vinda dos arquitetos Raul Pastrana e Guillermo Trimmiño, este especialista colombiano em inventários, e do diretor do Projeto Patrimônio Cultural Andino (Unesco/Pnud), Sylvio Mutal, para discutirem a política patrimonial.

Através da OEA ele traz o mexicano Carlos Flores Marini, um dos signatários da *Carta de Veneza* e que estava realizando planos para *Cartagena de Índias*, na Colômbia, e *Panamá Viejo*, no Panamá. Não bastava trazer expertos de fora, era preciso habilitar profissionais brasileiros e para isto firma convênio com universidades federais para a realização dos primeiros cursos de especialização nessa área. Ele traria de volta Jean-

12 Ver PROTEÇÃO E REVITALIZAÇÃO (1980).

13 Ver José Reginaldo Santos Gonçalves (1996).

14 Ver Maria Cecília Londres Fonseca (1997).

15 Ver Paulo Ormindo de Azevedo (2013)

16 Ver Roberto Sabino (2012, p. 2-3).

17 Ver Renato de Azevedo Duarte Soeiro (1968).

Bernard Perrin, em 1978, para coordenar um seminário sobre a experiência francesa de recuperação de cidades históricas, em função da lei André Malraux de 1962, com arquitetos e urbanistas brasileiros e não apenas com os técnicos do IPHAN¹⁸. Até o final de sua gestão foram realizados ainda planos de preservação para São Cristóvão e Laranjeiras, em Sergipe, e Cachoeira na Bahia, em convênio com a UFBA, coordenados por este autor.

Em 1975, o Conselho da Europa havia lançado a *Declaração de Amsterdam*¹⁹ que consagrava o entendimento que a preservação das cidades e centros históricos só podia ser alcançada através do planejamento urbano. Ele sabia que não poderia preservar nossas cidades e sítios naturais sem a participação dos municípios, estados e da sociedade. Para isto ele promove os Encontros de Governadores de Brasília (1970) e de Salvador (1971), onde é assumido um pacto federativo pelo patrimônio²⁰. Já ali era reivindicada a criação do Ministério da Cultura.

Diante da crise econômica, a saída para a preservação de nossos conjuntos e cidades históricas era o turismo cultural. Além de ser um dos redatores das *Normas de Quito*, de 1967, ele representou o Brasil, em abril de 1972 em Paris, no Comitê Especial de Peritos Intergovernamentais incumbido de elaborar projetos de convenção e recomendação aos estados membros da UNESCO sobre a *Proteção de Monumentos, Conjuntos e Lugares Históricos*. Ali foi eleito por aclamação seu vice-presidente.

Diante da disputa dos países europeus, asiáticos e latino-americanos de que o documento se referisse só aos monumentos e sítios históricos, como havia sido convocada a reunião, e dos norte-americanos e canadenses que queriam mudar o foco para os sítios naturais, que eles eram grandes possuidores, Soeiro consegue conciliar os dois interesses em um documento de uma amplitude muito maior do que havia sido convocado²¹. Na 17ª Assembleia da UNESCO, no final do mesmo ano em Paris, foram aprovadas a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* e a *Recomendação para a Proteção em Âmbito Nacional do Patrimônio Cultural e Natural*. Uma grande vitória do Brasil.

A CRIAÇÃO DO PCH

Com as missões da UNESCO de planejamento de cidades históricas brasileiras e o intercâmbio internacional, o IPHAN possuía a experiência necessária para a construção do futuro Programa das Cidades Históricas, PCH. Por um acaso, estavam em altos postos do governo federal homens das duas regiões menos desenvolvidas do país: Jarbas Passarinho, acreano, Ministro da Educação e Cultura; João Paulo Reis Veloso, piauiense, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República e, logo

18 Ver RESTAURAÇÃO E REVITALIZAÇÃO (1980).

19 Ver CARTAS PATRIMONIAIS. www.portal.iphan.gov.br/paginas/detalhes/226.

20 Ibidem.

21 Ver JORNAL DO BRASIL (08/04/1972).

abaixo do ministro Passarinho, estavam Renato Soeiro, paraense, diretor do IPHAN e do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, e Josué Montelo, maranhense, diretor do recém-criado Conselho Federal de Cultura. Estes homens estavam muito sensibilizados com a possibilidade de desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte através do turismo cultural, como sugeria o relatório da missão da UNESCO de 1968. Esta era uma alternativa para desenvolver aquelas regiões e aplacar as tensões sociais na região, evitando uma conflagração como ameaçavam as Ligas Camponesas.

Renato Soeiro ganhou força com o convite de Jarbas Passarinho para organizar o Departamento de Assuntos Culturais, DAC, do Ministério da Educação e Cultura, cumulativamente com a direção do IPHAN. Não se podem separar as políticas complementares destas duas instituições. No DAC, Soeiro elabora o primeiro esboço de política cultural integrada do país, com o *Programa de Ação Cultural em 1973*²². Nele o patrimônio cultural era tratado como cultura viva, como um processo contínuo sem distinção entre passado e presente, entre erudito e popular. Para apoiar e incentivar as manifestações imateriais ele criou em 1975 uma fundação, a FUNARTE, que reuniu órgãos sem recursos anteriormente criados para a promoção do teatro, da música e do folclore. Reestrutura a Embrafilme para financiar a produção cinematográfica e não apenas distribuir o filme nacional, chegando a conquistar 40% do mercado nacional.

O *Programa de Ação Cultural em 1973* seria uma das referências do primeiro plano nacional de cultura, intitulado *Política Nacional de Cultura*, elaborado por uma comissão mista do Conselho Federal de Cultura e do MEC/DAC, em 1975. O país só iria ter um segundo *Plano Nacional de Cultura* em 2010. No texto a seguir evidencia-se que Soeiro estava inteiramente afinado com o projeto original de Mário de Andrade para o IPHAN:

O Ministério da Educação e Cultura chegou à conclusão de que se apresenta o momento de se proceder a um diagnóstico do estágio de maturação cultural atingido por nosso processo histórico, utilizando-se as vantagens das ciências do homem e da tecnologia moderna, posta à nossa disposição e com as quais nos será permitido o levantamento da realidade cultural brasileira. Assim, o Projeto Rodrigo M. F. de Andrade, promovendo um inventário da inteira produção do passado e do presente brasileiros, nos diversos campos da cultura, pretende integrar, preservar e incentivar tudo aquilo que for digno de apreço e que, ao mesmo tempo, torne as populações conscientes de seus valores locais dentro da cultura nacional²³.

Tal inventário não chegou a ser realizado diante da complexidade e extensão da tarefa e pelo fato de Soeiro ter deixado a direção do DAC para se dedicar integralmente ao IPHAN. Mas o inventário seria um dos objetivos da fundação a ser criada para tornar mais ágil a ação do IPHAN. Seu substituto foi o colega no Conselho Federal de Cultura, etnógrafo e antropólogo, Manuel Diegues Jr. Na indicação acertada de um antropólogo para o cargo, Soeiro deve ter influenciado. Deve-se ressaltar que não existia na época

²² Ver Renato Soeiro (1973).

²³ Cf. Renato Soeiro (1973, p. 6).

uma experiência internacional nesse campo, salvo em uma cultura muito diversa da ocidental, como a japonesa. A primeira manifestação da UNESCO sobre o assunto seria a *Recomendação sobre a cultura tradicional e popular*, de 1989²⁴.

Quando ocupava os dois mais importantes cargos da área de cultura do MEC, Soeiro consegue transformar a antiga Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, com a criação de novas divisões técnicas e distritos, e firmar convênios com outros ministérios visando a preservação do patrimônio cultural. O mais importante desses convênios foi com a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República, SEPLAN-PR, que tinha como objeto o *Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua Utilização para Fins Turísticos* (sic), nome depois reduzido para a sigla PCH. Sua denominação original evidencia sua inspiração na reconstrução europeia depois da II Guerra Mundial, em consonância com as novas recomendações da UNESCO e da OEA.

O programa foi oficialmente criado pela Exposição de Motivos nº 076-B, de 21/05/1972 e formulado por um Grupo de Trabalho Interministerial reunindo representantes da SEPLAN-PR, MEC, EMBRATUR e SUDENE. O representante do MEC era Renato Soeiro, que além do IPHAN dirigia o DAC²⁵. A primeira reunião do grupo foi realizada no Recife, em janeiro de 1973, e ali ficaria sediado o programa até o início da década de 1980. Os recursos, como nunca mais a área do patrimônio conheceu, eram provenientes do fundo Plano de Ações Integradas da SEPLAN-PR, que financiava 80% dos projetos, previamente aprovados pelo IPHAN, apresentados por estados e municípios que bancavam os 20% restante.

Com este programa, o protagonismo da preservação do nosso patrimônio se desloca do Rio de Janeiro para o Recife. A parceria do IPHAN com a SEPLAN-PR representou um grande avanço na gestão do patrimônio. É só a partir desta associação que se começou a fazer no órgão projetos executivos, orçados e com estudos de viabilidade financeira de sua manutenção, embora nem sempre funcionassem. Mas o programa enfrentava algumas dificuldades, como a incapacidade dos institutos ou fundações estaduais de cultura, recém-criados, de elaborarem projetos executivos e bancarem os 20% de contrapartida.

O próprio IPHAN, com quadro reduzido, tinha dificuldade de analisar e fiscalizar tantos projetos. De qualquer modo, devido ao grande sucesso do PCH, ele foi reivindicado e estendido, em 1977, aos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Nesse período o Sudeste volta a arrebatar dois terços dos recursos do programa, assustando os nordestinos. Entre 1973 e 1979 foram financiados 193 projetos de restauração de monumentos, feitas intervenções em 10 conjuntos urbanos, realizados 15 planos diretores de preservação de cidades históricas e 11 cursos e seminários de formação de mão de

24 Ver CARTAS PATRIMONIAIS. www.iphan.gov.br/portal.iphan.gov.br/paginas/detalhes/226.

25 Ver Márcia Sant'Anna (2015, p. 216-217).

obra de nível médio e superior²⁶.

Em 1979, o programa foi estendido a todo o país e incorporado ao IPHAN. Mas o órgão não tinha os recursos da SEPLAN-PR, mormente durante o chamado “milagre brasileiro”. Com as atribuições aumentadas e verbas reduzidas, Soeiro não desanima e imaginava poder contar com os recursos destinados à habitação social do Banco Nacional da Habitação, BNH, como afirma no texto abaixo:

Uma nova etapa é aguardada com a incorporação definitiva do Programa (das Cidades Históricas) ao IPHAN e o envolvimento indispensável com outros setores da Administração Pública e da área privada, o que deverá resultar na cooperação de organismos federais de financiamento para a tarefa de preservação e valorização do acervo residencial dos bairros e núcleos urbanos tombados. Somente uma ação conjunta com aqueles organismos financeiros aliados, mais uma vez, aos órgãos de cultura será possível resguardar a nossa identidade cultural, possibilitando, de maneira democrática, a solução para o problema que a coletividade brasileira enfrenta para garantir estes direitos básicos do indivíduo: o da habitação e o da livre transmissão da cultura²⁷.

No ano anterior este autor havia apresentado no Simpósio sobre Barateamento da Construção Habitacional, promovido pelo BNH, uma proposta nesse sentido, que teve boa receptividade do banco e teria inspirado um projeto piloto em 1985, em Olinda²⁸. Em 1983 foi realizada a última dotação significativa de recursos para o PCH, devido a um empréstimo de sete milhões de dólares concedidos pelo governo francês. Entre 1973 e 1983 foram investidos no PCH cerca de 73,8 milhões de dólares, incluída a contrapartida dos estados e municípios²⁹.

O DESMONTE DO PCH

A progressiva desativação do PCH, na primeira metade da década de 1980, se deveu não só à menor disponibilidade de recursos, como à mudança de foco da política cultural. Nos últimos anos da década de 1970, com a crise econômica que obrigou o Brasil a pedir empréstimo ao Fundo Monetário Internacional, a volta galopante da inflação e crescente contestação ao regime militar, era preciso reformular a política cultural, como chamou a atenção Roberto Sabino³⁰.

Com a posse do Gal. João Figueiredo, em março de 1979, tendo como chefe da Casa Civil o Gal. Golbery de Couto e Silva, ideólogo do regime militar, foi nomeado para o Ministério da Educação e Cultura o pernambucano de formação Eduardo Portela. Este, por sua vez, nomeia Pedro Demo, filósofo e sociólogo, que desde 1970 trabalhava no IPEA, do Ministério do Planejamento, como Subsecretário Geral do MEC, que se transformaria no

26 Ibidem (p. 234 e 367).

27 Cf. Renato Soeiro (1979).

28 Ver Paulo de Azevedo (1988).

29 Ver Márcia Sant’Anna (2015, p. 235 e 369).

30 Ver Roberto Sabino (2012).

principal formulador da nova política cultural do país, seguindo o lema de Portela: “o bem tombado deve estar a serviço da comunidade”³¹. É dele o texto que se segue, de 1979:

No quadro da política social, o cuidado cultural aparece normalmente como secundário. Esta ótica desagradava os culturalistas, mas, uma vez bem enfocada, pode ser recolocada na linha da sedimentação de traços culturais participativos, como pontos altos do processo educativo, bem como do processo cultural. Dentro de um país com profundos desequilíbrios regionais e sociais, a meta prioritária da política social é a população de baixa renda, que, além de muito pobre, é também maioria.[...] Este conteúdo cultural pode revelar alienação acentuada, quando se perde na identificação de valores ligados à elite, como se o povo não tivesse cultura. Por isso, insistem em que a identificação se volte para o todo da sociedade, principalmente para o povo, podendo valorizar manifestações populares da religião, do folclore, de hábitos de alimentação, hábitos de cura, hábitos de lazer, etc., e não somente traços característicos do consumo elitista³².

Esta era também uma reivindicação difusa de grupos marginalizados da sociedade brasileira que buscavam o reconhecimento de sua identidade étnica, como negros e índios. Esses grupos não tinham grandes monumentos, senão uma cultura imaterial importante. Por outro lado, durante a década de 1970 a indústria imobiliária se consolida fundando Associações de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, ADEMI, em praticamente todos os estados. A nova política cultural visava também diminuir o ônus da conservação de milhares de monumentos e dezenas de sítios históricos e aliviar a tensão com os proprietários e o mercado imobiliário que pressionava contra o tombamento de grandes conjuntos históricos, cidades e até municípios inteiros, como Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, na Bahia³³.

Além dessas duas forças, existia uma luta surda pelo controle de um órgão que possuía, naquele momento, muitos recursos, influência e prestígio junto a governadores e prefeitos. Ao contrário do que afirma a maioria dos autores³⁴, a disputa pelo IPHAN não era apenas conceitual, senão política e regionalista. Pode-se dizer que a mudança nos rumos do IPHAN em 1979 foi, em grande parte, a revanche do Nordeste pelo monopólio do órgão por um grupo de intelectuais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, durante 43 anos.

Desde a criação do PCH, Aloísio Magalhães, pernambucano, brilhante designer oficial do regime militar³⁵, mas sem antecedentes na defesa do patrimônio, disputava o poder com Soeiro pelo controle do IPHAN. Em 1975, ele criou o Centro Nacional de Referência Cultural, CNRC, através de convênio da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia do Ministério da Indústria e Comércio, cujo

31 Ver Eduardo Portela (1979).

32 Cf. Pedro Demo (1980, p.89-90).

33 Em 2015 o país contava com cerca de 21 mil edifícios e 79 centros e conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN, segundo Daniela Sophia (2015, p. 320).

34 Defenderam esta tese FONSECA (2008, p. 250-251); GONÇALVES (1996, p.50-57), CHUVA (2009) e em parte SABINO (2012, p.1-3).

35 Aloísio foi o designer das cédulas do Cruzeiro Novo, e das logomarcas do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, da Petrobrás, da Itaipu Binacional, de Furnas, Light e Docevale.

titular era seu amigo Severo Gomes.

A cooptação das camadas populares, como vimos, era um dos objetivos da nova política dos militares, como parte de sua estratégia de abertura política gradual e controlada frente ao fortalecimento de movimentos sociais como as Comunidades Eclesiais de Base e outros³⁶. O discurso de Aloísio e os trabalhos do CNRC tornavam o seu nome o mais adequado para tocar a nova política no IPHAN.

Para entendermos esta contenda, vamos fazer um *flashback* e voltar à criação do IPHAN em 1937. Sobre este tema apresentamos durante o seminário Arquimemória 4, realizado em Salvador em 2013, a comunicação “*Raízes do SPHAN: de Mário de Andrade a Gilberto Freyre*”³⁷. Apesar da amizade de Rodrigo M. F. de Andrade com Mário de Andrade, autor do projeto do IPHAN, de 1936, o órgão foi moldado mais sob o conceito de “patrimônio nacional” de Gilberto Freyre, representado pela casa grande, a capela e a senzala no campo e o sobrado e o mocambo nas cidades.

No prefácio da primeira edição de *Casa Grande e Senzala*, Gilberto fazia referência à interpretação de José Mariano Filho e Lúcio Costa de que a arquitetura era o espelho da nossa sociedade. “A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (monocultura latifundiária), de trabalho (a escravatura); de transporte [...] de higiene do corpo e da casa [...]; da política (o compadrismo)”³⁸.

O livro havia sido lançado em 1933, com as maiores loas de Rodrigo e seu colaborador e primo Afonso Arinos de Mello Franco, em artigos em jornais cariocas. Gilberto sempre foi apaixonado pelo patrimônio de “pedra e cal”, como chamaria mais tarde Aloísio Magalhães. Além de seu livro inaugural, ele escreveu *Sobrados e Mocambos*, um guia da cidade de Olinda, uma introdução à “Casas de residência no Brasil” do Engenheiro L.L. Vauthier, publicado na *Revista do Patrimônio* e mais dois livros sobre a casa brasileira. A primeira publicação do IPHAN, em 1937, foi *Mocambos do Nordeste* de Gilberto Freyre, com prefácio de Rodrigo M. F. de Andrade. Assim, ele se transformaria no orago do IPHAN, com alguns de seus colaboradores escrevendo poemas de louvor a seu livro famoso, como Manuel Bandeira em *Estrela da vida inteira*, de 1936 e Carlos Drummond de Andrade em *Viola de bolso novamente encordoad*, de 1955.

Rodrigo M.F.de Andrade nomeou Mario de Andrade em 1936 como representante do IPHAN em São Paulo. Dois anos depois, ele opta por ficar no Departamento Municipal de Cultura de São Paulo, que havia criado em 1935, ao invés do IPHAN, sendo substituído pelo arquiteto Luis Saia. Em conflito com o Estado Novo, se demite do órgão paulista, vai para o Rio de Janeiro e divide seu tempo entre o IPHAN e a universidade do antigo Distrito Federal, hoje UFRJ. Desambientado no Rio de Janeiro, Mário retorna a São Paulo em

36 Ver Roberto Sabino (2012, p.6.).

37 Disponível em <https://pauloormindoblog.wordpress.com>

38 Cf. Gilberto Freyre (2002, p.299-300).

1941. Doente, se refugia em Araraquara para terminar a monografia sobre o Pe. Jesuíno de Monte Carmelo, solicitada por Rodrigo M.F. de Andrade. Conclui o trabalho e morre, pouco depois, em 1945³⁹.

Gilberto foi também nomeado representante do IPHAN, mas no Recife, com a incumbência inicial de fazer uma lista dos monumentos de Pernambuco e Alagoas que deveriam ser tombados. Pouco depois, ele é substituído pelo engenheiro Airton Carvalho, e nomeado pelo Presidente da República membro vitalício do Conselho Consultivo do IPHAN. Permaneceu funcionário do IPHAN até sua aposentadoria. Apesar da sua tese, que a arquitetura era o que melhor representava o patrimônio nacional, ter sido adotada pelo IPHAN, ele fazia críticas abertas ao favorecimento do órgão à Minas Gerais e ao Rio de Janeiro e ao abandono do Nordeste.

Com a gestão do PCH feita pela Delegacia da SEPLAN-PR no Recife, um grupo de intelectuais ligados a Gilberto Freyre se fortalece. Com a mudança na política cultural da ditadura, na transição para a democracia, e a nomeação de um pernambucano, Eduardo Portela, para o Ministério da Educação e Cultura, surgiu a oportunidade de uma revanche.

Com seu carisma e o apoio de o Globo, para quem havia feito sua primeira logomarca, Aloísio se transforma imediatamente em uma estrela nacional. Entrevistado logo após à posse por um jornalista, que perguntou se lhe causou surpresa a sua nomeação para diretor do IPHAN, Aloísio responde:

Há duas respostas. A primeira: não me causou surpresa [...] O ano passado comecei a me preocupar com a institucionalização do CNRC[...] Então cheguei à conclusão que havia um órgão oficial onde o CNRC caberia perfeitamente: o IPHAN [...] Me surpreendi com a nomeação porque há grande diferença entre ter um conceito de um determinado problema e se deparar, depois, com a realidade, a fim de resolvê-lo⁴⁰.

Para se consolidar, a nova administração do IPHAN sepultou com honras militares a “fase heroica” de Rodrigo M.F. de Andrade e classifica a administração de Renato Soeiro como a continuidade inercial de seu antecessor.

Dessa forma, quando em 27 de março de 1979 ocorreu, pela primeira vez num período de nada menos de 43 anos, mudança na direção do IPHAN – o arquiteto Renato Soeiro, que ingressara no órgão em 1938, sendo substituído pelo Professor Aloísio Sérgio Magalhães, Coordenador Geral do CNRC – estavam dadas as precondições para as profundas mudanças que iriam se processar no âmbito do IPHAN-PCH-CNRC⁴¹.

José R. S. Gonçalves assim define a historiografia oficial do IPHAN naquela época:

De acordo com a historiografia oficial do IPHAN, o “período heroico” da instituição corresponde àquele que se estende desde a sua criação em 1937 até a morte de Rodrigo, em 1969. Um segundo período é identificado por essa historiografia, de 1969 a 1979, tempo em que a direção esteve a

39 Ver Lélia Coelho Frota (1981, p. 24-37).

40 Cf. Aloísio Magalhães (1985, p.113-114).

41 Cf. PROTEÇÃO E REVITALIZAÇÃO (1980, p. 51)

cargo de Renato Soeiro, próximo colaborador de Rodrigo, mas que não foi marcada por quaisquer mudanças significativas em termos de política oficial de patrimônio⁴².

Após a posse, Aloísio põe em execução projetos que encontrou de seu antecessor, como um sistema formado por uma secretaria de estado, com poder de polícia, e uma fundação, com agilidade de ação, ou seja, o sistema SPHAN/Pro-Memória. Aquela proposta, com outra denominação, foi desenvolvida por Irapoan Cavalcanti Lyra, que havia transformado a Casa de Rui Barbosa em uma fundação, a pedido de Soeiro, seu colega no conselho daquele museu-biblioteca. Entre os objetivos da Fundação Pro-Memória restou da antiga minuta a proposta do Projeto Rodrigo M. F. de Andrade, do DAC⁴³, de realização de “um inventário da inteira produção do passado e presente brasileiros, nos diversos campos da cultura”, mas que nunca foi concretizado.

Aloísio manteve na SPHAN os arquitetos do que ele chamava pejorativamente de “pedra e cal” e colocou na Fundação Pro-Memória os antropólogos e sociólogos que vieram do CNRC. A SPHAN tinha as atribuições duras da lei: tomba, fiscalizar e embargar, e a Fundação Pro-Memória, com personalidade jurídica de direito privado, a de definir a política do órgão, fazer estudos sobre referências culturais, e financiar o sistema. Os funcionários da SPHAN tinham salários da administração pública e os da fundação salários maiores, de mercado. Enquanto Aloísio dirigiu os dois órgãos não houveram grandes conflitos, mas com sua morte prematura, em 1982, as coisas se complicaram.

A nova administração não conseguiu criar um instrumento de preservação do patrimônio vivo mais flexível que o tombamento, nem abandonar o patrimônio de “pedra e cal”, protegido por lei. O processo de inclusão de Ouro Preto e Olinda, na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO tinha mais função de promover o país e a nova administração no âmbito internacional, que propriamente assegurar sua conservação, pois as duas cidades já estavam tombadas pelo IPHAN. Na verdade, as grandes transformações realizadas no IPHAN ocorreram na década de 1970, como avalia Márcia Sant’Anna:

A gestão de Renato Soeiro correspondeu ao processo de modernização administrativa do IPHAN e à democratização da questão do patrimônio. E nesse período que o patrimônio, apesar das resistências, extrapolou o âmbito do órgão criado por Rodrigo M. F. de Andrade e passou a ser também assunto de governos estaduais e municipais. Correspondeu ainda ao período em que o IPHAN contou com o maior volume de recursos para investimento desde a sua criação, o que ao nosso ver, põe por terra, a afirmação de que Renato Soeiro não gozava de bom trânsito político no governo. Bastaria também lembrar que ele foi o primeiro diretor do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, origem e embrião do futuro Ministério da Cultura, que, à época, foi um organismo tão importante quanto a Secretaria da Cultura de Aloísio Magalhães [...] Não fossem suficientes os fatos citados, a administração de Soeiro também poderia ser caracterizada como o momento em que se formulou uma nova política de preservação de áreas urbanas. Buscou-se

42 Cf. José Reginaldo dos Santos Gonçalves (1996, p. 51)

43 Ver Daniela Sophia (2015, p. 335)

tornar sistemático, embora sem muito sucesso, um novo modo de atuação baseado na elaboração de planos diretores e urbanísticos e na colaboração internacional⁴⁴.

Naquela época foram feitos tombamentos “inusitados”, na expressão de Márcia Sant’Anna⁴⁵, que não funcionaram, como o do presépio de Pipiripau e o da Fábrica de Vinho de Caju Tito Silva, que fechou as portas no ano seguinte. Mas essas bandeiras empunhadas por seus colaboradores do antigo CNRC viabilizaram, depois de sua morte, o tombamento da Serra da Barriga, local das lutas de Zumbi dos Palmares, em Alagoas, e do Terreiro da Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador, não sem grandes polêmicas dentro do IPHAN pelo receio de que seu tombamento engessasse a dinâmica do Candomblé. Mesmo os seus mais fiéis seguidores reconhecem que seu programa não passou do discurso.

O fato é que, na prática, a síntese pretendida por Aloísio Magalhães não chegou a se concretizar realmente, e as inevitáveis diferenças de orientações dos técnicos das três instituições (SPHAN, CNRC e PCH) “fundidas”, sobretudo entre os da “referência” e os de “pedra e cal”, não foram superadas em uma proposta de trabalho comum. A proposta do CNRC, apropriada e desenvolvida pela FNPM, encampada pela SEC e, em certa medida, inclusive pela Constituição Federal de 1988, ficou conhecida praticamente apenas enquanto discurso⁴⁶.

De qualquer forma, o discurso do novo IPHAN transcenderia o regime militar e se refletiria na ampliação do conceito de patrimônio nacional na Constituição de 1988 e na aprovação, 18 anos mais tarde, do Decreto nº 3.551/ 2000, que criou o “Registro de bens culturais de natureza imaterial”. Vale lembrar que para a redação do Art. 216 da nova Constituição, que trata do patrimônio, foi decisiva a proposta elaborada em 1987 por uma comissão mista constituída por conselheiros e técnicos do IPHAN sugerida e coordenada pelo conselheiro Modesto Carvalhosa. Como membro dessa comissão, defendemos a inclusão do inventário como um instrumento de preservação mais flexível que o tombamento, aplicável a manifestações reiterativas, como casas e sobrados de conjuntos históricos. Infelizmente a regulamentação dos novos instrumentos de preservação apontados pela Constituição de 1988 nunca foi feita.

Há uma aparente contradição no fato de Aloísio estigmatizar o patrimônio de “pedra e cal”, inspirado em Gilberto Freyre, e pregar o retorno do IPHAN ao projeto etnológico de Mário de Andrade. Mas o que estava em jogo, naquela oportunidade, era menos a questão conceitual, que a cooptação das camadas populares e a disputa com o grupo do Sudeste identificado com de “pedra e cal”. Marcia Sant’Anna observa que a contribuição de Aloísio no órgão foi mais política que conceitual.

Por fim, cabe observar que a “revolução” tentada por Aloísio Magalhães se deu muito mais no plano político que, propriamente, conceitual. Em sua

44 Ver Sant’Anna (2015, p. 256-257),

45 Cf. Marcia Sant’Anna (2015, p. 271).

46 Cf. Maria Cecília Londres Fonseca (1997, p. 200-201).

gestão, o órgão foi aberto para a vida política e não eminentemente técnica, como antes. Embora o discurso de implantação do Sistema SPHAN/Pró-Memória tenha se colocado como uma proposta de ampliação do conceito de patrimônio, na realidade não trouxe muita novidade⁴⁷.

Soeiro havia valorizado o patrimônio imaterial e popular com a Funarte e favorecido o Nordeste com PCH, mas era o herdeiro institucional de Rodrigo M.F. de Andrade e seu grupo, ainda que fosse paraense e tivesse uma plataforma de ação distinta da dele. A ocultação de sua obra era fundamental para a afirmação da nova política cultural e do grupo emergente.

Pouco antes de sua morte, Aloísio transformou o DAC na Secretaria de Cultura do MEC, núcleo do futuro ministério homônimo. Como titular dessa Secretaria, Aloísio nomeia Irapoan Cavalcanti Lyra, carioca, filho de tradicional família pernambucana, antigo colaborador de Soeiro, para a direção do sistema SPHAN/Pro-Memória. Com sua morte em 1982, um grupo de intelectuais pernambucanos com o apoio da Delegacia da SEPLAN-PR no Recife, consegue nomear para sucedê-lo na Secretaria de Cultura do MEC outro conterrâneo, Marcos Vinicius Vilaça, membro do Conselho Diretor da Fundação Joaquim Nabuco. O novo Secretário mantém Irapoan C. Lyra na presidência do sistema SPHAN/Pro-Memória, mas a disputa dos dois grupos continuaria.

Com a redemocratização e criação do Ministério da Cultura pelo presidente José Sarney, o seu mais duradouro ministro, o cearense Celso Furtado, entendendo que a disputa era essencialmente regionalista, nomeia para a Fundação Pro-Memória o pernambucano Joaquim Falcão, ligado à Fundação Joaquim Nabuco, e para a SPHAN o Prof. Ângelo Oswaldo, mineiro. Mas esta divisão salomônica do sistema não resolveria a questão. Com o avanço do neoliberalismo Sarney delega ao setor privado a política cultural do país, com a lei de renúncia fiscal que levou seu nome, talvez pensando em resolver a contenda.

Diante das infundáveis brigas intestinas do órgão, o presidente Collor de Mello dissolveu o sistema SPHAN/Pro-Memória, em 1990, e o substituiu pelo Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, IBPC. Não era apenas o PCH, já morto, que era sepultado, senão o próprio sistema SPHAN/Pro-Memória. O presidente Fernando Henrique Cardoso restauraria o antigo IPHAN e o colocaria no território neutro de Brasília, com um atraso de 35 anos. Mas nem a Lei Sarney, nem a sua substituta Lei Rouanet, conseguiriam atrair o interesse do setor privado para o patrimônio edificado.

Sem meios, o novo IPHAN iria buscar no Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, recursos para financiar o Projeto Monumenta, que duraria de 2000 a 2008 e não seria renovado.

Para o nosso patrimônio edificado não cair no vácuo, o presidente Lula criaria no ano seguinte o PAC das Cidades Históricas. Não cabe aqui avaliar o desempenho desses dois programas. Com a criação do registro de bens imateriais, o IPHAN passa a usar mais esse

47 Márcia Sant'Anna, (2015, p. 271).

instrumento de certificação cultural, que não implica em despesas de preservação, nem maiores tensões com proprietários e o mercado imobiliário, que o tombamento, delegando aos órgãos estaduais e municipais a preservação de novos sítios urbanos e naturais eleitos.

Qual o legado do PCH, nesses 35 anos de seu término? Ganhou-se a quebra do monopólio do tombamento pela União, a flexibilização da metodologia de intervenção do PCH em alguns municípios, como Recife e Manaus, e com a ação da Funarte e do CNRC, a ampliação do conceito de patrimônio na Constituição de 1988 e o consequente registro dos bens imateriais, em 2000. Perdeu-se a integração do patrimônio cultural e natural aos programas de desenvolvimento urbanos e regionais e o pacto federativo pelo nosso patrimônio, com o fechamento de muitos órgãos estaduais e municipais de preservação por falta de apoio federal.

Não se voltou à situação anterior à década de 1960, mas os desafios continuam muito grandes. É urgente criar uma lei específica para os conjuntos urbanos, com a competência concorrente da União, dos estados e dos municípios, e regulamentar os novos instrumentos de preservação introduzidos pela Constituição de 1988. Precisamos convocar novamente os governadores e prefeitos, recolocar o patrimônio, sem divisões, na agenda nacional e descentralizar a ação, como se fez na década de 1970.

REFERÊNCIAS

AS MISSÕES DA UNESCO no Brasil: Michael Parent. Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. A recuperação do patrimônio habitacional. *Rua-Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v. 1, n. 1, p.35-51, 1988.

_____. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In: _____; CORREA, E. (Org), *Estado e Sociedade na Preservação do Patrimônio*, p. 19-53. Salvador: Edufba: IAB, 2013.

CABRAL, Renata Campello. *A noção de “ambiente” em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália*. S. Paulo: IAU/USP, 2013. Disponível em: pct.capes.gov.br/teses2013/33002045014P7/TES.PDF, acessado em 1º/11/2015.

CARTAS PATRIMONIAIS. www.iphan.gov.br.portal.iphan.gov.br/paginas/detalhes/226. Acessado em 1º/11/2015.

CHESECHI, Carlo. *Teoria e storia del restauro*. Roma: Mario Bulzoni Ed., 1970.

CHUVA, Márcia R. R., Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

DEMO, Pedro. *Pobreza sócio-econômica e política*. Florianópolis: Imprensa da UFSC, 1980

FONSECA, Maria Cecília Londres, *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FREYRE, Gilberto. Prefácio à 1ª edição de *Casa Grande e Senzala* Apud RUBINO, Silvan1 a B. Gilberto Freyre e Lúcio Costa ou a boa tradição: o patrimônio intelectual da SPHAN. In: GUERRA, Abílio (Org). *Textos fundamentais para a história da arquitetura brasileira*, parte I. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

FROTA, Lélia Coelho. Mário de Andrade, uma vocação de escritor público. In: *Mário de Andrade, cartas de trabalho*; correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: SPHAN/ Pro-Memória, p. 21-37, 1981,

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1996.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 08/04/1972

MAGALHÃES, Aloisio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; (Brasília): Fundação Pro-Memória, 1985,

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto, uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio*, n. 22, 1987, p. 108-122.

PORTELA, Eduardo. *Política de educação e cultura*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, ESG, 1979.

PROTEÇÃO E REVITALIZAÇÃO do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: MEC-SPHAN/ Pro-Memória, 1980

RESTAURAÇÃO E REVITALIZAÇÃO de núcleos históricos: análise face à experiência francesa. Brasília, MEC/SPHAN, 1980.

SABINO, Roberto. *As disputas pela representação do patrimônio nacional (1967-1984)*. Resumo de dissertação defendida no PPG de Museologia e Patrimônio da UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em www.culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2012/09/Roberto-Sabino.pdf. Acessado em 1º/11/2015.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil*. Salvador: IPHAN; Oiti Editora, 2015.

SOEIRO, Renato. Plano estratégico de ação datado de 14/09/1968 (datilografado). Rio de Janeiro: IPHAN, Arquivo Noronha Santos, Personalidades: SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte, pasta 93.03.13S.

_____. *Programa de Ação Cultural em 1973*. Brasília: MEC/DAC, 1973.

_____. Discurso de agradecimento à homenagem do Instituto de Arquitetos do Brasil, em 30/03/1979. Rio de Janeiro: IPHAN, Arquivo Noronha Santos. – Personalidades, SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte, pasta. 93.03.13.S.

SOPHIA, Daniela. As políticas de preservação do patrimônio na arena federal sob a gestão de Renato Soeiro (1967-1979). *Museologia e Patrimônio*. Rio de Janeiro: Museu da Astronomia e Ciências Afins, 2015, p.317-338. Disponível em http://www.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf. Acessado em 15/03/2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescência 86, 87, 89, 92

Agente 2, 3, 10, 24, 104, 158, 161

Assistente social 86, 109, 110, 112, 153, 154, 155, 157, 161, 162, 163, 164

B

Bolsa Família 52, 53, 54, 55, 57, 60, 61, 62

Brasil 1, 2, 3, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 20, 21, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 49, 50, 52, 53, 58, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 106, 107, 108, 110, 111, 112, 133, 135, 136, 147, 149, 150, 155, 158, 160, 163, 164, 166, 171, 172, 177

C

Cavalaria 12, 18, 19, 21, 25, 27, 31, 32

Cidadania 52, 54, 58, 59, 60, 61, 62, 73, 103, 104, 105, 106, 107, 153, 158, 159, 160, 163, 179

D

Desempenho escolar 109, 110, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152

Direitos 21, 42, 52, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 69, 70, 73, 87, 88, 89, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 179

Docente supervisor 93, 95, 98, 102

E

Educação 21, 39, 40, 42, 43, 45, 50, 55, 59, 74, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 160, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 175, 176, 177, 178

Empregabilidade 113, 114, 115, 117, 118, 125, 127, 128

Ensino superior 113, 115, 116, 117, 119, 121, 128, 130, 155, 156, 172

Escuta qualificada 86, 91

Estratégias 4, 23, 24, 61, 65, 68, 76, 90, 91, 104, 111, 164, 166

F

Feminina 52, 53, 57, 58, 60

Frente de prejudicados 63

G

Gasto público municipal em educação 131, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 152

Geotecnologia 165, 166, 167, 168, 170, 173, 174

Governo Militar 33, 36

Grandes projetos urbanos 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74

I

Indicadores de pobreza 76

Instrumentalidade 153, 154, 157, 158, 164

Iphan 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

L

Legislação 1, 9, 38, 105, 116

Lei 13.260/16 1, 10

Lo institucional 93

Lo personal 93, 94, 97

Lo relacional 93

Lutas sociais 63, 66, 69, 72, 73, 74, 104, 105, 110

M

Mestrado 1, 62, 74, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 179

Modelagem quantílica de dados em painel 131

P

Pesquisa qualitativa 18, 165, 167

Policiamento montado 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Polícia Militar 18, 22

Políticas Públicas 53, 62, 73, 74, 75, 86, 91, 103, 105, 107, 131, 149, 150, 154, 179

Professores de Geografia 165

R

Recursos humanos 21, 23, 78, 113, 116, 120, 126, 128

S

Serviço Social 52, 62, 63, 71, 74, 75, 86, 87, 91, 93, 103, 104, 108, 110, 111, 112, 153, 157, 160, 162, 163, 164, 179

Supervisión académica 93, 94, 96, 98, 99

T

Terrorismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17

V

Violência auto infligida 86, 87, 89, 90, 91

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Desafios das

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

no desenvolvimento da ciência

